

PROJETO DE LEI N.º
Deputado ENIO BACCI

Altera redação do art.73 da Lei 9.472, de 16/07/1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 73 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73 As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo terão direito à utilização de postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por prestadora de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público, **e de bens públicos**, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

Parágrafo único. A utilização de bens públicos e o respectivo pagamento dar-se-á na forma instituída pela entidade a cuja administração pertencerem.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei tem por objetivo alterar a redação do art. 73 da Lei 9.472, de 16 de junho de 1997, para lhe acrescentar o parágrafo único.

O princípio constitucional da “eficiência” na gestão do patrimônio público impõe que o gestor dos bens públicos a cuja administração pertencerem otimize sua utilização pela utilidade pública – o uso generalizado e gratuito – e pelo interesse público – utilização onerosa por terceiros.

A possibilidade de instituir retribuição pecuniária sobre o uso de bens patrimoniais do Município, classificados como de uso comum do povo, quando utilizados por particulares, em condições especiais constitui-se em prerrogativa administrativa do Poder Público desde 1916, com o antigo Código Civil em seu art. 68, reeditado no vigente em seu art. 73.

No caso da alteração proposta, essa retribuição pecuniária está restrita aos bens pertencentes ou controlados por uma empresa privada, concessionária de serviços públicos, sendo que a grande massa desses bens são públicos, ou seja, uma empresa concessionária poderá cobrar de outra pela utilização de bens públicos que ela apenas controla.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, há muito as concessionárias de serviços públicos vêm utilizando significativa parcela dos bens públicos para a instalação de suas estruturas de serviços, sem qualquer autorização formal, nem qualquer retribuição pecuniária.

A gestão responsável do patrimônio público importa além da vigilância, da conservação e manutenção, o disciplinamento para o adequado uso e a constituição de receitas públicas quando utilizadas por terceiros, cuja atividade contemple ganhos de capital.

Contamos com a acolhida e aprovação de Vossas Excelências ao projeto em questão.

Sala das Sessões, / 02/2009.

ENIO BACCI - Deputado Federal - PDT/RS